

Controladoria  
Geral do  
Estado



ESTADO DE GOIÁS  
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

# **ANEXO VI DO PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC**

## **Exercício 2021**

# **PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS**

DEZEMBRO / 2020



## CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Responsável	Descrição das Alterações
1.0			Versão V.1
1.1	26.11.2020	Jean Marck Barbosa – Gestor Claudio Martins Correia - Gestor	Formatação
1.2	27.01.2021	Jean Marck Barbosa – Gestor Claudio Martins Correia - Gestor	Adequação novo formato Versão V.2



## SUMÁRIO

1	Identificação do Projeto .....	4
2	Equipe do Projeto .....	5
3	Análise Situacional.....	5
3.1	Antecedentes.....	5
3.2	Análise do Problema.....	10
4	Objetivo do Projeto .....	10
4.1	Objetivos específicos: .....	11
5	Análise dos Envolvidos.....	11
5.1	Partes Interessadas (Stakeholders).....	11
6	Escopo do Projeto .....	12
6.1	Produtos/Entregas do Projeto.....	12
6.2	Demandas Externas .....	13
7	Metas do Projeto .....	14
8	Cronogramas e Entregas.....	15
9	Plano Orçamentário.....	15
10	Plano de Execução .....	15
11	Riscos do Projeto.....	16
12	Considerações do Gerente.....	16
13	Decisão do Controlador-Geral do Estado de Goiás.....	16
14	Fontes de Pesquisa .....	17
15	Painel de Controle – Principais Contas de Governo .....	18
16	Assinatura dos responsáveis pelo projeto.....	31



## 1 Identificação do Projeto

<b>Projeto</b>  Monitoramento Total das contas públicas do Estado de Goiás	
<b>Área Solicitante</b>  GAB/CGE	<b>Data da Elaboração</b>  26.11.2020
<b>Cliente</b>  Marcos Tadeu de Andrade – Subchefe de Controle Interno da CGE	
<b>Patrocinador</b>  Henrique Moraes Ziller – Controlador Geral do Estado de Goiás	
<b>Gerente do Projeto</b>  Jean Marck Barbosa	<b>Unidade</b>  GEIC/CGE
<b>E-mail do Gerente</b>  <a href="mailto:jean.mbarbosa@goias.gov.br">jean.mbarbosa@goias.gov.br</a>	<b>Telefone do Gerente</b>  (62) 3201 - 5357



## 2 Equipe do Projeto

A equipe executora do projeto é composta pelos servidores da Gerência de Inspeção de Contas, conforme detalhado a seguir:

	SERVIDORES	PAPEL NO PROJETO
1	ELAINE DE FÁTIMA AIRES	COORDENAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS
2	ANDREIA COSTA DE OLIVEIRA	ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS
3	HELDER RAIMUNDO DE MORAES	COORDENAÇÃO DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTRATO DE GESTÃO, FUNDO ROTATIVO E ADIANTAMENTOS
4	CÉLIO RICADO DE MESQUITA	ANÁLISE PC CONTRATO DE GESTÃO
5	CLAÚDIA REZEK RODRIGUES	ANÁLISE PC CONTRATO DE GESTÃO
6	JOÃO PEREIRA DUARTE	ANÁLISE PC CONTRATO DE GESTÃO
7	ALEXANDRE MAGNO DE AMORIM MADUREIRA	ANÁLISE PC CONTRATO DE GESTÃO
8	ZILDA PIMENTA FALEIROS REZENDE	ANÁLISE FUNDO ROTATIVO E ADIANTAMENTO
9	KLEVER EUCLIDES AVELAR HONORATO	ANÁLISE FUNDO ROTATIVO, ADIANTAMENTOS, DEA E RP
10	FABRÍCIO DEL DUQUI	ANÁLISE FUNDO ROTATIVO, ADIANTAMENTOS, DEA, RP E TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
11	LORENA DE OLIVEIRA ALVES	COORDENAÇÃO ANÁLISE DAS TCE'S
12	HUGO CESAR SIQUEIRA	ANÁLISE DAS TCE'S
13	JEAN MARCK BARBOSA	GERÊNCIA

## 3 Análise Situacional

### 3.1 Antecedentes

O governo do Estado de Goiás vem adotando medidas durante os exercícios de 2019 e 2020 com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal de suas contas públicas. Como exemplo, podem ser citadas a contínua execução de política de contenção de gastos, a criação da Câmara de Gestão Fiscal pelo Decreto nº 9.660, de 06/05/2020, a reforma da Previdência Estadual por meio da Emenda Constitucional nº 65, de 21/12/2019 e a revisão do regime jurídico dos servidores públicos civis, mediante a edição da Lei nº 20.756, de 28/01/2020.

Apesar da implementação dessas ações, o cenário fiscal do Estado ainda é delicado, o que evidencia a necessidade de acompanhar os resultados decorrentes das medidas saneadoras, realizando o constante monitoramento da evolução dos indicadores fiscais.



A Secretaria de Tesouro Nacional (STN) desenvolveu uma metodologia para avaliação da situação fiscal dos entes Subnacionais denominada de análise da capacidade de pagamento - CAPAG. Esse exame é composto por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Assim, o diagnóstico da saúde fiscal do Ente é realizado por meio da avaliação do grau de solvência (relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida), da relação entre despesas e receitas correntes e da situação de caixa (relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta). As fontes dos dados para a análise em questão são os Balanços Consolidados e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo do 3º quadrimestre do exercício. Ressalta-se que o Estado de Goiás está classificado com nota final “C” na análise emitida em 2020, mesma nota de 2019, ou seja, ainda não houve melhora do indicador.

Dentre os aspectos fiscais que necessitam de maior atenção nas contas públicas do Estado de Goiás, podemos destacar a Despesa Total com Pessoal e o pagamento da dívida.

Quanto à despesa com pessoal, o índice publicado no RGF referente ao 2º quadrimestre de 2020 ultrapassou o limite prudencial, mas se encontrava abaixo do percentual máximo definido pela Lei Complementar nº 101, de 4/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Registra-se, porém, que nos relatórios anteriores, relativos ao 1º quadrimestre de 2020 e ao 3º quadrimestre de 2019, o percentual da despesa de pessoal sobre a receita corrente líquida havia extrapolado o limite máximo fixado pela LRF. Além disso, a situação é ainda mais preocupante levando em consideração que a partir de 2022 deverão ser incluídos no cômputo da despesa total com pessoal os gastos com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do Ente e que recebem recursos financeiros da administração pública, conforme estabelece a Portaria STN nº 377, de 8/07/2020.

No que concerne à dívida, o Estado de Goiás conseguiu, por meio de ações judiciais, a suspensão de seu pagamento até 31 de dezembro de 2020, o que resultará em aumento de seu montante. Registra-se que só em 2020, no período de janeiro a agosto, a Dívida Consolidada cresceu 9,72% em relação a seu valor em 31/12/2019, conforme consta no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 4º bimestre de 2020 e no RGF do 2º quadrimestre de 2020.

Importante também ressaltar que os efeitos econômicos a médio e longo prazo do estado de calamidade pública decorrente da pandemia do Covid-19 poderão impactar as contas públicas, o que reforça a necessidade de atenção à gestão fiscal.

Em matéria publicada no jornal Diário da Manhã, de 15 de agosto de 2019, demonstrava o cenário fiscal necessitando de medidas urgentes por parte do Governo Estadual,



visando o equilíbrio das contas públicas visto que o Estado de Goiás estava e ainda está, com nota C na análise de capacidade de pagamento (CAPAG) da Secretaria do Tesouro Nacional, instrumento que mede a capacidade fiscal dos estados e municípios para contrair novos empréstimos com garantia da União.

### **Goiás mantém nota C em avaliação da STN**

**Goiás está em situação menos grave que outros três estados  
brasileiros que também pediram adesão ao RRF.**



**Brasil tem 14 Estados com nota C e três com nota D,  
aponta Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de 2019**

*A nota da capacidade de pagamento (Capag) de Rondônia e do Amapá piorou de B para C entre 2018 e 2019, enquanto a do Piauí melhorou de C para B. Assim, há no Brasil apenas um Estado com nota A – o Espírito Santo – nove com nota B, 14 com nota C e três – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – com nota D. Apenas Estados ou Municípios com Capag A ou B podem contrair empréstimos com garantia da União.*

*As informações estão na edição de 2019 do "Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais", publicação anual em que o Tesouro Nacional faz um retrato da situação fiscal de*



*Estados e Municípios e analisa os principais fatores que influenciaram o desempenho desses números.*

Fonte: <https://www.dm.com.br/cidades/2019/08/goias-mantem-nota-c-em-avaliacao-da-stn/>

Em 27 de dezembro de 2020, mesmo diante de uma série de medidas duras impostas pelo Governo Estadual, ainda há necessidade de ações visando o equilíbrio fiscal, conforme retrata a matéria da Folha de São Paulo, abaixo.

### **Goiás é o estado que mais reduziu despesas, segundo relatório do Tesouro Nacional**



*Resultado é destaque na Folha de S. Paulo desta terça-feira (27/10/2020). Reportagem mostra ações adotadas pela atual gestão para equilibrar contas públicas. “Precisamos controlar despesas e ter transparência”, reforça governador Ronaldo Caiado.*

*Goiás foi o Estado que mais reduziu as despesas neste ano, segundo relatório divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Economia. O resultado no levantamento do órgão federal e os esforços que a gestão do governador Ronaldo Caiado realiza para equilibrar as contas públicas foram destaque em reportagem divulgada na Folha de São Paulo desta terça-feira (27/10).*

*Na comparação entre janeiro e junho de 2020 com o mesmo período do ano passado, foi registrada queda de 8% das despesas correntes de Goiás. A redução, na avaliação de*





*Caiado, demonstra controle dos gastos e transparência pública. “Isso tudo é gestão, é aplicação correta do dinheiro”, ressalta o governador.*

*A reportagem também ressalta a boa posição de Goiás em relação ao grau de dependência de repasses da União apontado no relatório da STN. As receitas próprias do Estado no semestre corresponderam a 82%, sendo 18% de transferências correntes.*

*Segundo a publicação, o desempenho de Goiás é resultado da combinação de um decreto do governador Ronaldo Caiado, que instituiu o estado de calamidade pública e prioridade para o enfrentamento da pandemia, e da atuação da secretária da Economia, Cristiane Schmidt. Trata-se do Decreto 9.649, de abril, que instituiu o Plano de Contingenciamento Pandemia da Covid-19, no âmbito do Poder Executivo do Estado de Goiás.*

*À reportagem da Folha, Cristiane Schmidt lembrou como estava a situação fiscal de Goiás no início de 2019. “Assumimos um estado falido, com déficit de R\$ 4,2 bilhões, sem contar R\$ 1,6 bilhão em salários atrasados”. Schmidt falou, ainda, das obras paralisadas e vários pagamentos que foram regularizados como folha de salários do servidor, que hoje está em dia, crédito consignado, merenda e transporte escolar, entre outros.*

*Além disso, a secretária apontou ações que vêm sendo desenvolvidas em busca do equilíbrio fiscal, a exemplo da reforma da Previdência estadual. Informou também que as estatais Iquego, Metrobus e Goiásgás estão na fila das privatizações.*

*Schmidt destacou, ainda, como atual meta a melhoria da nota de Goiás no Tesouro para que o Estado possa voltar a pedir créditos com aval da União e defendeu a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) como “saída” para ampliar as políticas públicas.*

*Os dados que apontam a queda das despesas de Goiás e do grau de dependência de transferências da União constam no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nos Estados e no Distrito Federal.*

*A publicação bimestral apresenta dados fiscais consolidados de todos os entes federativos, com a reunião das informações da execução orçamentária do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de Ministério Público e Defensoria Pública em todas as esferas – Federal, Estadual, Distrital e Municipal.*



### 3.2 Análise do Problema

Percebe-se que somente com um acompanhamento sistemático e rigoroso das despesas será possível identificar previamente possíveis desequilíbrios nas contas públicas do Estado. Portanto, o contínuo monitoramento dos indicadores fiscais possibilita a realização da correspondente gestão de riscos, o planejamento das ações corretivas necessárias e viabiliza à alta administração a tomada de decisões de forma tempestiva visando melhorar a saúde fiscal do Estado e garantir o cumprimento da LRF e de outras normativas.

Nesse contexto, este projeto operacional tem como objetivo delimitar as ações de controle a serem realizadas durante o exercício de 2021 pela Gerência de Inspeção de Contas (GEIC) da Superintendência de Inspeção da Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Diante do panorama apresentado, a GEIC assume importante papel no acompanhamento das contas públicas e das prestações de contas por meio do desempenho de suas atribuições. Assim, a GEIC realiza inspeções em processos de Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar, Convênios e demais Transferências Voluntárias, Contratos de Gestão, Fundo Rotativo e Adiantamento, Tomada de Contas Especial e nas Contas Anuais dos Gestores. A GEIC também consolida o Relatório que integra as Contas Anuais do Governador e realiza análises formais nos relatórios exigidos pela LRF (RREO e RGF). É efetuado, ainda, o acompanhamento periódico da situação fiscal do Estado e do cumprimento das vinculações constitucionais. Essas ações são desenvolvidas conforme dispõem os incisos I a IX do Art. 22 do Decreto nº 9.543, de 23/10/2019, que aprova o Regulamento da CGE, e em cumprimento às normativas impostas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), às legislações estaduais e à Portaria 165/2019 – CGE.

## 4 Objetivo do Projeto

Visa o acompanhamento das inspeções realizadas pela Gerência de Inspeção de Contas (GEIC) da Superintendência de Inspeção, em atendimento as Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a Portaria 165/2019 da CGE.

Outro objetivo é o monitoramento das contas públicas do Estado de Goiás visando a sua manutenção dentro dos limites previstos LRF e LDO.



#### 4.1 Objetivos específicos:

- a) Inspeccionar as contas públicas em cumprimento com a Portaria 165/2019 – CGE e Resoluções do TCE relativos a convênios, e demais transferências voluntárias, contratos de gestão, fundo rotativo, adiantamento, contas anuais dos gestores e governador, bem como as Tomada de contas Especial e relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF).
- b) Inspeccionar as despesas que impacta o resultado das contas públicas constantes nos Relatórios RREO, RGF e na LDO, tais como: Receita corrente líquida, Dívida Consolidada, Garantias de Valores, Operações de Crédito, Restos a Pagar, Disponibilidade de Caixa Líquida, Resultado Nominal e Primário.
- c) Verificação do cumprimento das vinculações constitucionais: Saúde e Educação (Federal) e Cultura (Estadual);
- d) Inspeccionar despesas relativas à DEA e RP;

## 5 Análise dos Envolvidos

### 5.1 Partes Interessadas (Stakeholders)

Nome	Papel	E-mail	Órgão/Área	Telefone / Ramal
Henrique Moraes Ziller	Patrocinador	henrique.ziller@goias.gov.br	CGE/GAB	5352
Marcos Tadeu de Andrade	Cliente	marcos.tandrade@goias.gov.br	CGE/SCIC	5352
Claudio Martins Correia	Cliente	<a href="mailto:claudio.correia@goias.gov.br">claudio.correia@goias.gov.br</a>	CGE/SUPIN	5302
Jean Marck Barbosa	Gerente de Projeto	<a href="mailto:jean.mbarbosa@goias.gov.br">jean.mbarbosa@goias.gov.br</a>	CGE/SUPIN/GEIC	5357
Equipe Técnica	Atividades Operacionais	Gestores e analistas	CGE/SUPIN/GEIC	5357
Órgãos e Entidades	Fiscalizado	-	Todos os órgãos e entidades	-
Órgãos de Controle Externo	Controle Externo	-	-	-



## 5.2 Áreas Envolvidas

Unidade	Área	Descrição da participação de cada unidade/área no projeto
Gabinete do Chefe da CGE	Gabinete; Subcontroladoria de Controle Interno e Correição; Subcontroladoria de Transparência, Controle Social e Ouvidoria	Patrocínio ao Projeto. Recepção e tratamento de informações decorrentes dos produtos do Projeto
Superintendência de Gestão Integrada	Gerências: de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; Execução Orçamentária e Financeira De tecnologia	Apoio administrativo decorrentes do Projeto. Apoio tecnológico à consecução do projeto.
Superintendência de Inspeção	Gerência de Inspeção de Contas	Planejamento das Inspeções durante o exercício. Atendimento das demandas decorrentes dos produtos do Projeto. Homologação dos produtos do Projeto.
Alta administração dos órgãos/entidades	Financeira e orçamentária	Patrocínio do projeto.
Nível operacional	Gerência de Inspeção de Contas	Execução das ações do projeto.

## 6 Escopo do Projeto

### 6.1 Produtos/Entregas do Projeto

ITEM	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	OBJETIVO	ESCOPO	ENTREGA	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
1	<b>INSPEÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL</b>	Atendimento Resolução 16/2016 - TCE	Análise de Tomadas de Contas Especial	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	86
2	INSPEÇÃO DAS CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	Atendimento Resolução 13/2017 - TCE	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais	NT - Nota Técnica	59
3	<b>ANÁLISE PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	Atendimento Resolução 07/2001 e 013/2001 - TCE	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	NT - Nota Técnica	910
4	INSPEÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DOS GESTORES	Atendimento Resolução 05/2018 - TCE	Emissão de relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	87
5	<b>INSPEÇÃO DAS CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	Portaria 165/2019 - CGE	Registro da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registro de Prestação de Contas de Convênios	144
6	INSPEÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS	Portaria 165/2019 - CGE	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO RGF) - bimestral, quadrimestral	Análise das contas públicas	9
7	<b>INSPEÇÃO PRÉ VIA AO PAGAMENTO</b>	Portaria 165/2019 - CGE	Análise dos processos de DEA e Restos a Pagar	Despacho	148
8	INSPEÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNADOR	Atendimento Resolução 07/2018 - TCE	Consolidação das Contas do Governador - anual	Emissão de relatório das contas do Governador	1
9	<b>INSPEÇÃO</b>	Portaria 165/2019 - CGE	Inspeções diversas	Boletim de Inspeção ou Despacho	20
10	INSPEÇÃO CONTAS FUNDO PROTEGE	Lei nº 14.469/2003 e Decreto nº 6.883/2009	Ofícios, despachos, memorandos, análises, estudos, etc.	NT - Nota Técnica	125
11	COORDENAÇÃO	Otimizar as atividades da Gerência	Coordenação das atividades	Diversos	1



## 6.2 Demandas Externas

DEMANDANTE	PROCESSO SEI N°	DOCUMENTO SEI N°	ESCOPO/MOTIVAÇÃO	TIPIFICAÇÃO	AÇÃO DE CONTROLE
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	202011867001660	000017071075	<p>Avaliar a adequação aos institutos legais pertinentes, a devida execução, conservação, e conformidade entre os controles existentes, bem como as respectivas regularidade contábil e os aspectos de transparência, integridade e accountability das seguintes ações:</p> <p>Suplemento de folha;</p> <p>Despesa sem prévio repêndio;</p> <p>Adidas e jeans repentinamente com a compra principal.</p>	<p>ORIGINÁRIA</p> <p>DESGOÁVEL</p> <p>DESGOÁVEL</p>	<p>Inspeção realizada de forma individualizada, em atendimento do disposto na Resolução 07/2001 - TCE e Resolução 07/2001 - TCE.</p> <p>Em 2020 foi realizada inspeção com intuito de verificar a ocorrência das despesas sem prévio repêndio.</p> <p>Inspeção e compensação para ser realizada durante o exercício de 2020.</p>
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	202011867001660	000017071075	<p>As competências das para refinamento de folha e registro de bens, resultados do inventário realizado pela Secretaria de Administração em 2020. Conforme resultado técnico e realizado entre o TCE/GO e a Superintendência Central de Patrimônio em dia 17/08/2020, para tratar da Deliberação nº 14 do Pleno do TCE de 2019, estas demonstradas que no inventário realizado pela pasta alguns bens móveis não foram localizados fisicamente e outros bens móveis estavam incorretamente patrimonializados.</p>	DESGOÁVEL	Inspeção e compensação para ser realizada durante o exercício de 2020.
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	202011867001660	000017071075	<p>Controlar as regularizações/representação de custos dos contratos de gestão em âmbito do SRS/GO.</p> <p>Relacionar irregularidades em execução dos contratos de gestão, as quais estão registradas em notas de tomada de contas especiais (TCE) (a título de exemplo, 201700010012605, 201600010016483, 201700010014504, 201800010018464, 201800010043872, 201600010014604, dentre outros).</p> <p>Nas TCE's em referência, o responsável final tratado do órgão de origem é a responsabilidade final das despesas, das ações e respectivas prestações à época das notas pelo dono do órgão estadual, visando de incluir servidores/agentes públicos com responsabilidade pelas irregularidades apontadas.</p> <p>Entretanto, restaram lacunas acerca de participação/autorização de agentes públicos para os eventos decorrentes, bem como não foi efetuada a adição de notas passivas em entidades públicas e administrativas para obtenção de ressarcimento.</p> <p>Assim, também restaram das providências adotadas em âmbito da atuação do Controlador de Gestão – no âmbito do OS foi providenciado administrativamente (aplicação de multa pelo descumprimento de cláusulas contratuais, por exemplo), se fiscalizadores e responsáveis por avaliar/julgar as respectivas notas de tomada de contas especiais, em termos de regularidade e transparência, se foram adotadas medidas preventivas de evitação de despesas indevidas, dentre outras determinações passíveis.</p>	ORIGINÁRIA	Inspeção realizada de forma individualizada em atendimento da Resolução 16/2016 - TCE e emitir relatório e certificação
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS	202011867001660	000017071075	<p>Por não instrução das tomadas de contas especiais em âmbito das órgãos e entidades e prejuízo ao erário estadual No decorrer da instrução processual (art. 10, Resolução Normativa nº 16/2016), foram verificadas recusas feitas em favor do processo que impedem a perfeita caracterização das fatos, das responsabilidades ou do prejuízo efetivo, no teor do art. 10, § 2º da Resolução Normativa nº 16/2016. Com efeito, em parte alguma nota das prestações, as manifestações profissionais do Serviço de Contas do Governo – Suprevidas ao verificar a ocorrência das irregularidades e passagens das TCE's e destacaram ocorrência de ressarcimento. De fato, as passagens de ressarcimento apontadas não se amolda pelas Características Relatores e os autos instruídos precavemente retrataram as irregularidades de origem, para complementação da instrução. Destaca-se, reiterando, que pela parcialidade do processo de tomada de contas especial, a qual compreende a caracterização de diversos agentes (instrução em âmbito de origem, consolidação da CGR/GO em fase interna, processamento, contestação e julgamento em âmbito das tomadas de contas), a regularização instruída da prestação não pode conter ocorrência no âmbito, a eventual incidência do prazo prescricional em caso das ações das agentes públicas (art. 107-A, Lei Estadual nº 16.168/2007). Atualmente existindo diversas dúvidas no âmbito de origem para complementação das instruções, o que dificulta a análise do mérito e a própria adoção de medidas e com vistas à recuperação ao erário local. Ao ver desta unidade técnica, quanto mais for dilata a execução das notas de TCE contendo as regularizações pelo órgão de origem, menor a possibilidade de serem inscritas efetivas. Para melhor resposta, sempre as ações de controle à CGR/GO sendo por direito a prestação instruída das tomadas de contas especiais em âmbito das órgãos e entidades, arrolando possível prejuízo ao erário estadual, com a finalidade de verificar se os custos das fatos e das irregularidades são reais.</p>	ORIGINÁRIA	Inspeção realizada de forma individualizada em atendimento da Resolução 16/2016 - TCE e emitir relatório e certificação



## 7 Metas do Projeto

ITEM	AÇÃO DE CONTROLE	PERIODICIDADE	SERVIDOR POR TAREFA (Unid)	QUANT. SERVIDORES	QUANT. TOTAL DE HORAS ÚTEIS (em horas)	(d) TAREFAS POR ANO (unf)	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	ACÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
1	Análise de Tomadas de Contas Especial	DIÁRIA	0,85	2,00	2.931	86	27,10	86
			0,90					
			0,15					
			0,10					
2	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais	ANUAL	0,80	3,20	4.262	59	72,25	59
			0,80					
			0,80					
			0,80					
		ANUAL	0,40	0,40	533	59	9,03	59
3	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Retrativo	Trimestral	1,00	2,05	2.791	910	3,00	910
			0,60					
			0,20					
			0,25					
4	Emissão de relatório de certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	ANUAL	0,20	1,60	2.131	93	22,96	87
			0,20					
			0,20					
			0,20					
			0,20					
			0,20					
			0,40					
			0,15					
		0,15	0,30	400	87	4,59	87	
		5	Análise de Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	ANUAL	0,20	0,20	266	144
6	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	BIMESTRAL QUADRIMESTRAL	0,15	0,30	400	9	44,40	9
7	Análise de conformidade dos processos de pagamento de DEAs e Restos a Pagar	DIÁRIA	0,20	0,60	799	148	5,40	148
			0,30					
			0,10					
8	Inspecção das Contas do Governador - anual	ANUAL	0,20	0,55	733	1	733,00	1
9	Inspeções diversas	MENSAL	0,35	0,40	533	20	26,64	20
			0,10					
			0,10					
10	INSPEÇÃO CONTAS FUNDO PROTEGE	DIÁRIA	0,10	0,75	999	300	8,00	125
			0,10					
			0,25					
11	Coordenação das atividades	DIÁRIA	0,65	0,65	866	1	865,80	1
TOTAL			13,00	13	17.316	2.065		1.884

MEMÓRIA DE CÁLCULO - HORA TRABALHADA		PREMISSAS	
<b>Força de Trabalho individual por ano</b>		<b>Quantidade de servidores por tarefa</b>	
Dias no ano - bruto	365	Total de dias em um ano.	
Dias úteis - 2021 - bruto	243	Considerou 248 dia úteis para 2020, excluindo 21 dias úteis de férias por servidor. Total líquido anual de 222h	
Dias de férias	21	Considerou 21 dias úteis de férias por servidor.	
Dias úteis líquido	222	Deduzindo férias, feriados, sábado e domingo.	
Horas diárias trabalhada	6	Utilizou-se como parâmetro de horas úteis trabalhadas por dia de 6h.	
Quantidade de horas ano trabalhado ind	1332	Tempo total líquido disponível por servidor	
Quantidade de horas ano trabalho total	15984	Tempo total líquido disponível pela Gerência (12 servidores e 1 Gerente)	



## 8 Cronogramas e Entregas

ITEM	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	ESCOPO	ENTREGA	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR	1º TRIM.	2º TRIM.	3º TRIM.	4º TRIM.
1	INSPEÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	Análise de Tomadas de Contas Especial	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	86	22	22	22	22
2	INSPEÇÃO DAS CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais	NT - Nota Técnica	59	15	15	15	15
3	ANÁLISE PRESTAÇÃO DE CONTAS	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	NT - Nota Técnica	910	228	228	228	228
4	INSPEÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DOS GESTORES	Emissão de relatório e certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	87		87		
5	INSPEÇÃO DAS CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	Análise de Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registro de Prestação de Contas de Convênios	144	36	36	36	36
6	INSPEÇÃO E ANÁLISE DOS RELATÓRIOS	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Análise das contas públicas	9	3	2	3	1
7	INSPEÇÃO PRÉVIA AO PAGAMENTO	Análise dos processos de pagamento de DEA e Restos a Pagar	BI - Boletim de Inspeção	148	37	37	37	37
8	INSPEÇÃO DAS CONTAS DO GOVERNADOR	Consolidação das Contas do Governador - anual	Emissão de relatório das contas do Governador	1		1		
9	INSPEÇÃO	Inspeções, pareceres, nota técnica, pareceres relativos às contas públicas	Relatórios diversos	20	5	5	5	5
10	INSPEÇÃO CONTAS FUNDO PROTEGE	Análise dos atos de Gestão dos Processos de despesas do Fundo Protege	NT - Nota Técnica	125	31	31	31	31
11	COORDENAÇÃO	Coordenação das atividades	Diversos	1	1	1	1	1

## 9 Plano Orçamentário

	Duração	Material de Expediente	Formatação/ Edição de material	Premiação	Cursos de Capacitação	TI equipamentos e softwares	Despesas com deslocamento/ viagem	Custo Total
1. Capacitação em Análise de Contas públicas e prestação de contas	5 dias				7.994,00			R\$ 7.994,00
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>RS 0,00</b>	<b>RS 0,00</b>	<b>RS 0,00</b>	<b>RS 7.994,00</b>	<b>RS 0,00</b>	<b>RS 0,00</b>	<b>RS 7.994,00</b>

## 10 Plano de Execução

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANTIDADE DE SERVIDORES	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO	AÇÕES DE CONTROLE A REALIZAR
Inspeção das contas públicas	Análise de Tomadas de Contas Especial	Verificar o andamento da Resolução 16/2016 - TCE e emitir relatório e certificado	Obrigatória	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	2	2.664	29,35	86
Inspeção das contas públicas	Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais	Verificar o andamento da Resolução 13/2017 - TCE	Obrigatória	NT - Nota Técnica	3,6	4.795	81,28	59
Inspeção das contas públicas	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	Verificar o andamento do disposto na Resolução 07/2001 - TCE e Resolução 07/2001 - TCE	Obrigatória	NT - Nota Técnica	2,05	2.731	3,00	910
Inspeção das contas públicas	Emissão de relatório de certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Emitir relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas em atendimento a Resolução 05/2018 - TCE	Obrigatória	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	1,0	2531	27,56	87
Inspeção das contas públicas	Análise de Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registrar Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Obrigatória	Registro de Prestação de Contas de Convênios	0,2	266	1,85	144
Inspeção das contas públicas	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Analisar os aspectos formais do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral/trimestral	Obrigatória	Análise das contas públicas	0,3	400	44,40	9
Inspeção das contas públicas	Análise de conformidade dos processos de pagamento de DEA e Restos a Pagar	Verificar o andamento disposto no Anexo1 do Decreto 6.561/2012 e suas alterações.	Obrigatória	Despacho	0,6	799	5,40	148
Inspeção das contas públicas	Inspeção das Contas do Governador - anual	Emitir relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais do Governador em atendimento Resolução 07/2001 - TCE	Obrigatória	Emissão de relatório das contas do Governador	0,55	733	733,00	1
Inspeção das contas públicas	Inspeções diversas	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo	Obrigatória	Boletim de Inspeção ou Despacho	0,4	533	26,64	20
Inspeção das contas públicas	INSPEÇÃO CONTAS FUNDO PROTEGE	Verificar a conformidade dos atos de Gestão dos Processos de despesas do Fundo Protege	Obrigatória	NT - Nota Técnica	0,25	900	8,00	125



## 11 Riscos do Projeto

NOME DO RISCO	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DO RISCO	AÇÕES DE CONTROLE
Descumprimento do plano de ação	a) Redução da equipe de fiscalização; b) Ausência de estrutura física e logística para o desenvolvimento das atividades.	Descumprimento das metas propostas. Passatização/omissão do órgão de controle externo	ALTA	Garantir o mínimo de servidores para desenvolvimento das atividades.
Baixa qualidade dos relatórios enviados ao TCE.	a) Ausência de servidores qualificados para as funções; b) Ausência de sistemas informatizados para monitoramento e controle	Adversidade do órgão de controle externo.	MÉDIA	Manter e promover o desenvolvimento de servidores que atuam na área.
Inclusão de novas atividades durante o exercício	Demanda não planejada	Atraso ou descumprimento das metas propostas	MÉDIA	Analisar se as demandas estão de acordo com a situação da Gestão.

## 12 Considerações do Gerente

Considerações Gerais:

O projeto permitirá o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativo à:

- Consolidação das Contas do Governador para a Prestação de Contas anual;
- Emissão de relatório do órgão central de controle interno das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas;
- Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral/quadrimestral
- Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial; e
- Análises das prestações de contas de fundo rotativo, adiantamento, contrato de gestão, convênios e demais transferência voluntárias; e
- Certificação dos processos de Despesas de Exercícios Anteriores e Restos a pagar.

Gerente do Projeto	Data	Assinatura
Jean Marck Barbosa		

## 13 Decisão do Controlador-Geral do Estado de Goiás

<input type="checkbox"/> Aprovado	Justificativa para rejeição:
<input type="checkbox"/> Rejeitado	

Integrantes da Controladoria-Geral do Estado	Data	Assinatura
Controlador-Geral do Estado de Goiás Henrique Moraes Ziller		





Subcontrolador de Controle Interno e Correição Marcos Tadeu de Andrade		
Superintendente de Inspeção		

## 14 Fontes de Pesquisa

**PORTARIA Nº 165/2019-CGE** - Estrutura as Ações de Controle pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás;

**Resolução Normativa nº 013/2001-TCE** - Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, da formalização e da execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as prestações de contas anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras e dá outras providências;

**Resolução Normativa nº 005/2018-TCE** - Dispõe sobre os critérios para organização e apresentação da Prestação de Contas dos Gestores da Administração Pública Estadual;

**Resolução Normativa nº 007/2018-TCE** Dispõe sobre os critérios para organização e apresentação das Contas Anuais do Governador e dá outras providências;

**Resolução Normativa nº 007/2001-TCE** – Dispõe sobre norma e instruções referentes a fundos rotativos;

**Resolução Normativa nº 016/2016-TCE** – Dispõe sobre a instauração, organização, o encaminhamento dos processos de TCE para julgamento.



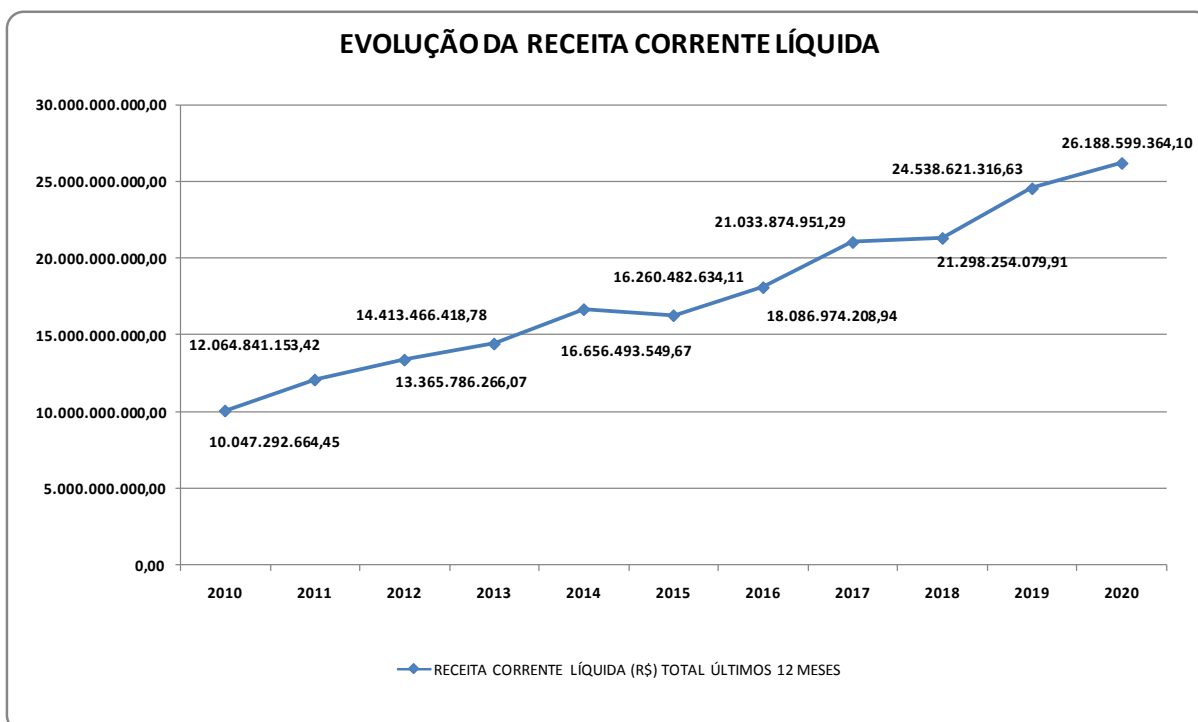
## 15 Painel de Controle – Principais Contas de Governo

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)				
ANO	PREVISÃO ATUALIZADA	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	ACRÉSCIMO % POR ANO	% ACUMULADO
2010	10.117.047.143,44	10.047.292.664,45	100%	100,00
2011	11.212.496.000,00	12.064.841.153,42	20%	20,08%
2012	12.461.400.000,00	13.365.786.266,07	11%	33,03%
2013	15.374.688.000,00	14.413.466.418,78	8%	43,46%
2014	19.638.058.380,46	16.656.493.549,67	16%	65,78%
2015	19.341.536.140,90	16.260.482.634,11	-2%	61,84%
2016	18.555.300.453,22	18.086.974.208,94	11%	80,02%
2017	20.125.012.049,98	21.033.874.951,29	16%	109,35%
2018	22.347.136.075,14	21.298.254.079,91	1%	111,98%
2019	23.398.104.102,78	24.538.621.316,63	15%	144,23%
2020	23.324.509.791,03	26.188.599.364,10	7%	160,65%

**Nota:**

1) Informações do 6º bimestre dos anos de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, período de referência: janeiro a dezembro/Bimestre novembro-dezembro.

2) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do período de referência: janeiro a outubro/Bimestre setembro-outubro.





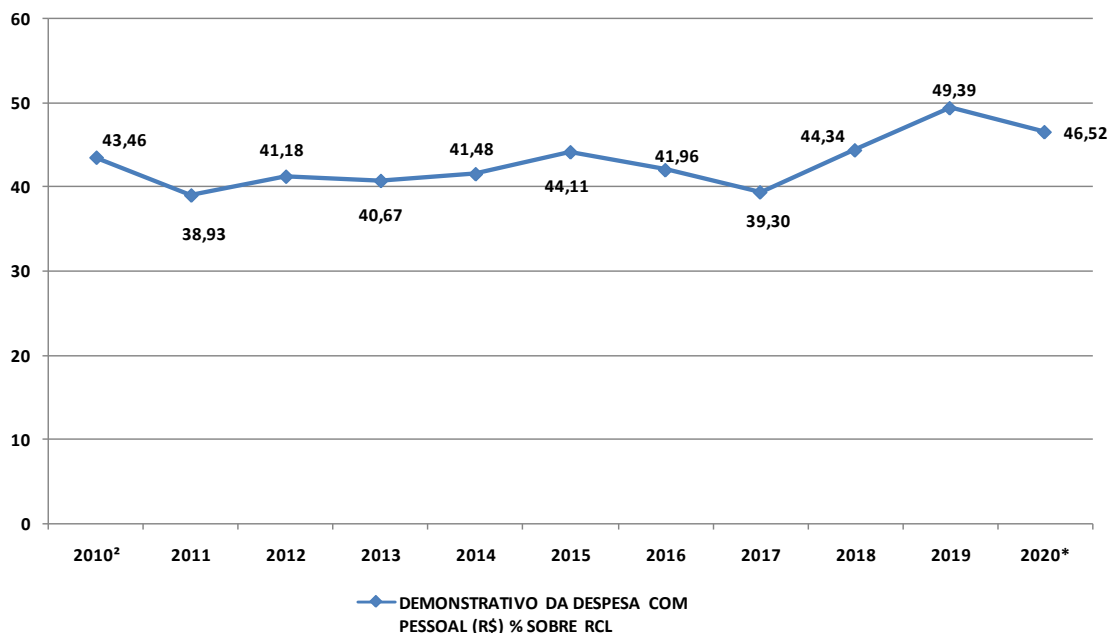
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (R\$)

ANO	ÚLTIMOS 12 MESES ( R\$ ) - DESPESA LIQUIDADADA	INCRITA EM RPNP	DESPESA TOTAL COM PESSOAL	% SOBRE RCL
2010 <sup>2</sup>	0,00	0,00	4.366.177.623,63	43,46
2011	4.696.448.889,89	0,00	4.696.448.889,89	38,93
2012	5.503.558.878,48	0,00	5.503.558.878,48	41,18
2013	5.862.596.152,77	0,00	5.862.596.152,77	40,67
2014	6.521.634.884,04	5.320.993,24	6.526.955.877,28	41,48
2015	7.163.826.594,24	8.594.800,58	7.172.421.394,82	44,11
2016	7.591.296.236,48	-1.730.689,50	7.589.565.546,98	41,96
2017	8.264.601.055,56	660.396,31	8.265.261.451,87	39,30
2018	9.440.503.391,43	3.398.024,64	9.443.901.416,07	44,34
2019	12.101.529.925,83	13.644.817,95	12.115.174.743,78	49,39
2020*	11.929.847.677,81	13.637.148,78	11.943.484.826,59	46,52

\* Dados de 2020 até o segundo quadrimestre desse exercício.

Obs.: índice de 2016 de acordo com a metodologia do TCE.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL PELA RCL





OUTRAS DESPESAS CORRENTES (RS)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
2010	4.865.862.000,00	5.606.276.921,67	5.051.871.449,02	4.927.698.628,84	4.717.173.478,42
2011	2.945.142.000,00	3.849.558.114,74	3.192.628.590,34	2.582.525.750,80	2.430.821.889,84
2012	3.653.158.000,00	5.154.034.341,57	4.126.667.743,19	3.547.258.634,04	3.290.731.086,69
2013	5.851.706.000,00	6.465.536.770,38	4.286.530.437,80	3.859.645.697,30	3.608.748.159,18
2014	5.042.891.000,00	5.843.114.591,55	4.592.319.015,13	4.259.991.612,75	3.863.731.129,38
2015	5.391.771.000,00	6.202.986.419,78	5.112.370.891,37	4.582.393.627,36	3.828.077.532,59
2016	5.904.482.000,00	6.814.303.974,71	5.856.161.023,33	5.202.317.438,43	4.693.053.032,19
2017	6.154.713.000,00	6.669.156.005,02	6.144.774.250,53	5.776.896.359,49	5.330.398.391,48
2018	6.351.780.000,00	7.111.400.499,50	6.572.305.941,86	6.317.216.043,60	5.305.865.877,92
2019	7.295.640.000,00	8.885.560.957,32	7.322.359.747,50	6.935.676.186,95	6.737.557.192,15
2020	7.983.496.000,00	9.825.706.891,16	7.210.891.506,19	5.727.143.789,09	5.615.122.599,94

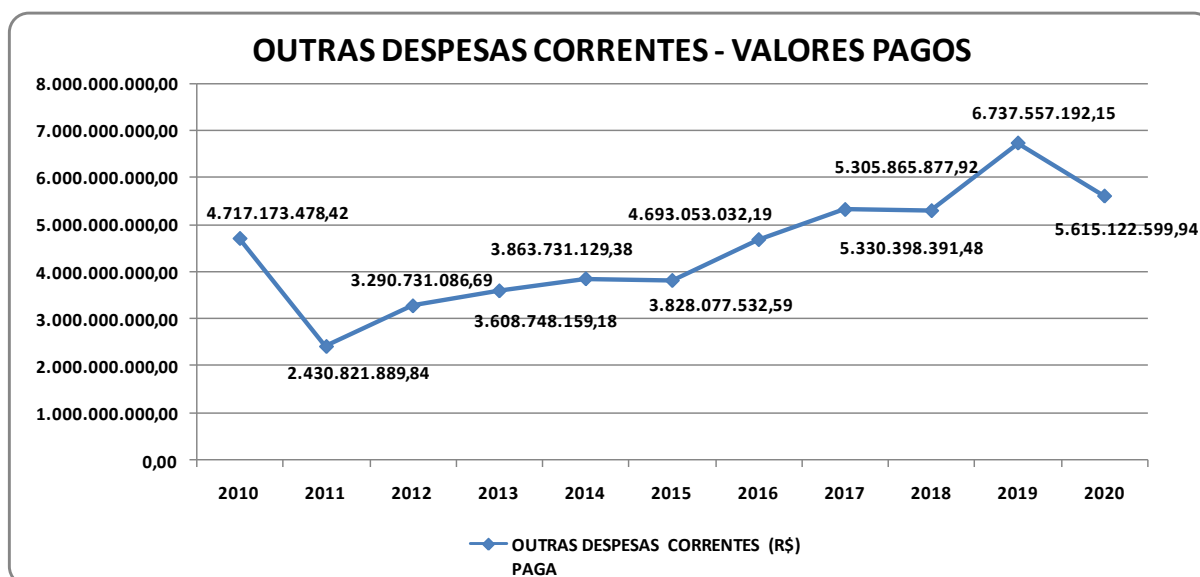
**Notas:**

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) No valor da dotação atualizada da despesa corrente do Demonstrativo I do RREO, do Exercício de 2014, consta uma diferença no valor de R\$ 4.377.500,00 em relação ao Valor Autorizado Dotação do Siofinet.

3) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a dezembro / Bimestre novembro-dezembro.

4) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.





INVESTIMENTOS (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
2010	999.261.000,00	1.994.677.164,63	1.179.661.698,28	956.283.997,30	871.238.160,38
2011	2.411.314.000,00	1.375.782.917,00	526.000.003,96	296.199.898,93	276.074.132,61
2012	3.462.497.000,00	2.951.077.834,37	687.430.462,53	304.237.485,02	255.573.169,47
2013	3.750.259.000,00	6.241.885.743,88	1.552.628.091,67	1.170.208.305,62	1.119.252.183,12
2014	4.291.216.000,00	6.405.085.039,77	2.530.719.140,50	2.301.822.049,90	1.986.531.737,01
2015	3.518.243.000,00	3.261.868.520,67	1.491.719.272,22	1.025.412.032,85	832.939.493,79
2016	3.390.304.000,00	3.710.125.858,04	935.839.391,62	515.931.347,68	409.955.086,24
2017	2.100.434.000,00	2.628.169.590,10	1.608.403.952,76	1.270.084.126,39	1.047.628.796,55
2018	918.133.000,00	2.467.072.219,80	1.566.834.169,39	1.132.547.615,16	916.471.442,00
2019	912.432.000,00	1.334.177.584,60	649.015.758,55	359.669.920,19	325.367.553,52
2020	1.278.984.000,00	1.926.208.943,37	843.647.198,37	361.568.875,08	332.853.257,59

Nota:

1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.

2) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a dezembro/ Bimestre novembro-dezembro.

3) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.

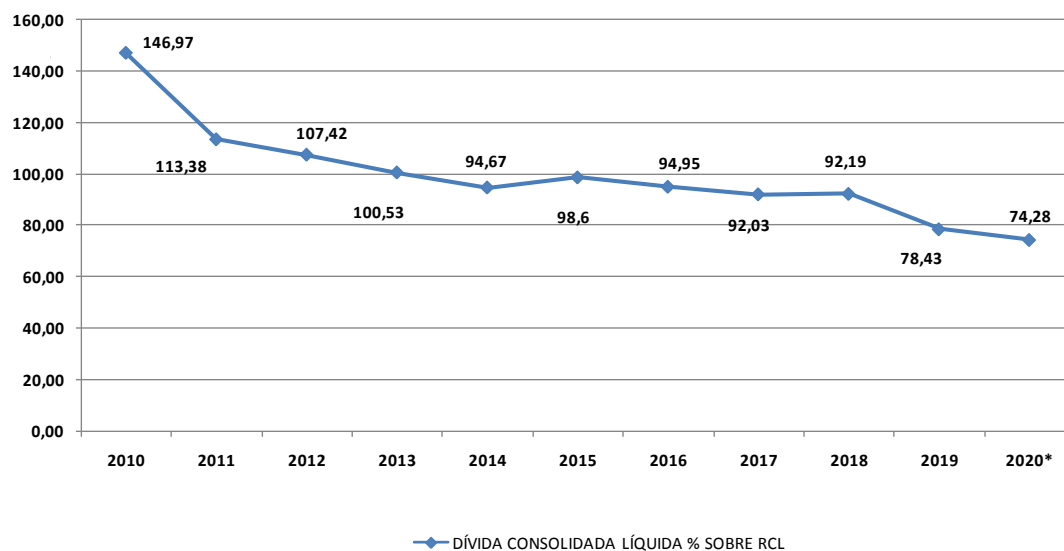




<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>		
<b>ANO</b>	<b>ATÉ O 3º QUADRIMESTRE</b>	<b>% SOBRE RCL</b>
2010	14.766.699.141,00	146,97
2011	13.679.135.829,56	113,38
2012	14.378.868.945,24	107,42
2013	14.489.638.417,06	100,53
2014	15.769.251.011,37	94,67
2015	17.119.179.927,76	98,6
2016	18.306.404.513,89	94,95
2017	19.357.283.260,05	92,03
2018	19.634.872.554,19	92,19
2019	19.245.475.967,33	78,43
2020*	19.086.408.931,48	74,28
<b>Nota:</b>		
<p>1) Não foi encontrado no Portal da Transparência Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida relativo ao exercício de 2010. Consta nesse Portal o Demonstrativo de Resultado Nominal, Demonstrativo V, que tem relacionamento com o respectivo assunto. A Dívida Consolidada foi localizada no campo '1' desse Demonstrativo. O valor da RCL utilizado para o cálculo da porcentagem foi localizado no Demonstrativo III-Demonstrativo da Receita Corrente Líquida- no Campo '62'.</p>		
<p>2) Informações do III Quadrimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Período Referência: Janeiro a Dezembro de 2019/ Quadrimestre setembro-dezembro.</p>		
<p>* Dados de 2020 até o segundo quadrimestre desse exercício.</p>		



### DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA % SOBRE RCL



### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS APURAÇÃO (R\$)	% SOBRE RCL
2010	198.489.227,83	1,98
2011	1.760.436.794,23	14,59
2012	1.725.415.757,31	12,91
2013	1.344.450.200,66	9,33
2014	1.796.664.804,34	10,79
2015	556.308.007,23	3,20
2016	34.406.140,64	0,18
2017	404.358.033,21	1,92
2018	173.325.468,70	0,81
2019	6.206.575,52	0,03
2020*	30.000.000,00	0,12

**Nota:**

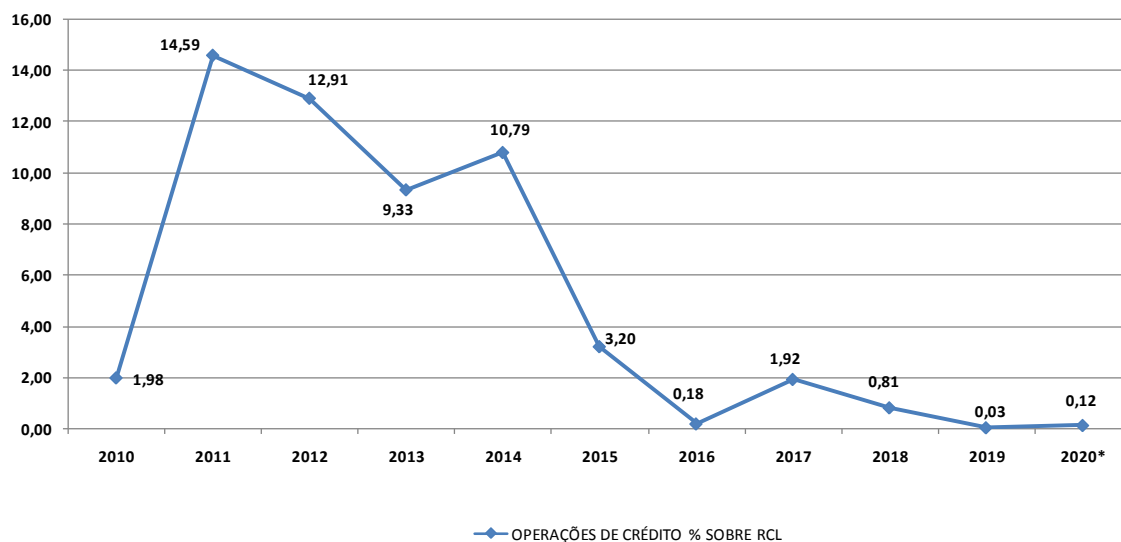
1) Não foi encontrado no Portal da Transparência Demonstrativo das Operações de Crédito relativo ao exercício de 2010. Consta nesse Portal o Demonstrativo I- Relatório Resumido da Execução Orçamentária- do 6º Bimestre de 2010 que tem relacionamento com o respectivo assunto. O valor das Operações de Crédito foi extraído do campo '38' desse demonstrativo. O valor da RCL utilizado para o cálculo da porcentagem foi localizado no Demonstrativo III- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida- no Campo '62'.

2) Informações do 3º quadrimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito, período de referência: janeiro a dezembro/quadrimestre setembro-dezembro.

\* Dados de 2020 até o segundo quadrimestre desse exercício.



### OPERAÇÕES DE CRÉDITO % SOBRE RCL



JUROS E ENCARGOS (R\$)					
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGO
2010	668.162.000,00	647.444.300,12	645.970.511,14	645.970.511,14	645.970.511,14
2011	877.891.000,00	807.791.000,00	807.326.147,04	805.295.794,14	805.295.794,14
2012	901.547.000,00	1.035.547.000,00	955.811.275,32	949.678.048,69	949.678.048,69
2013	1.002.578.000,00	1.227.828.000,00	1.198.927.165,48	1.198.927.165,48	1.198.927.165,48
2014	1.100.400.000,00	1.057.382.511,41	1.053.787.483,56	1.053.787.483,56	1.053.643.497,47
2015	1.128.304.000,00	1.115.404.000,00	1.009.269.178,83	1.009.262.925,22	1.009.262.925,22
2016	900.500.000,00	927.619.725,45	927.217.893,79	927.020.080,43	927.020.080,43
2017	841.800.000,00	977.543.110,64	971.061.182,02	969.958.296,87	969.958.296,87
2018	1.040.900.000,00	1.151.809.540,23	1.151.809.540,23	1.148.304.159,51	1.148.304.159,16
2019	924.135.000,00	1.290.535.000,00	1.285.923.426,87	1.285.922.460,39	651.979.849,63
2020	1.156.480.000,00	1.040.464.768,75	61.020.644,63	39.462.031,06	39.462.031,06

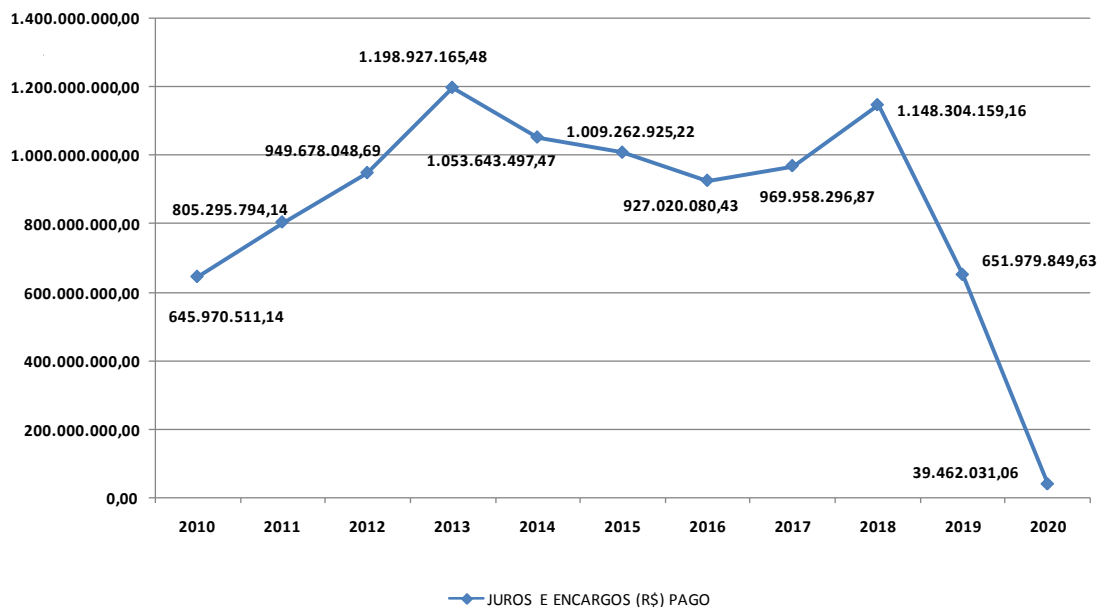
Notas:

- 1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.
- 2) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a dezembro/ Bimestre novembro-dezembro.
- 3) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.





### JUROS E ENCARGOS (R\$) PAGO



### AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (R\$)

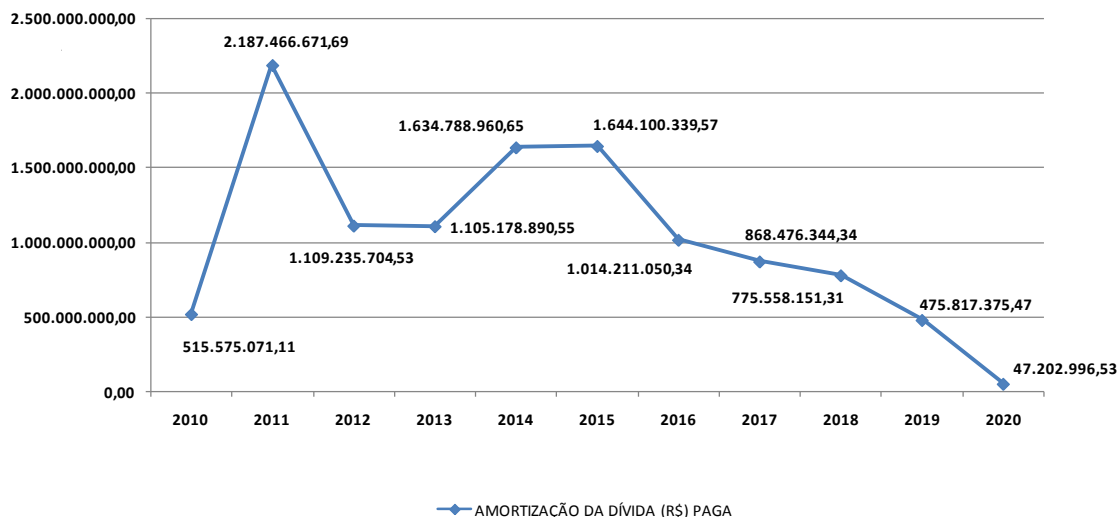
ANO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
2010	581.838.000,00	1.720.343.267,51	515.575.071,11	515.575.071,11	515.575.071,11
2011	489.082.000,00	2.189.682.000,00	2.187.473.830,53	2.187.466.671,69	2.187.466.671,69
2012	544.522.000,00	1.117.522.000,00	1.111.391.989,66	1.109.592.821,36	1.109.235.704,53
2013	844.640.000,00	1.314.640.000,00	1.105.178.890,55	1.105.178.890,55	1.105.178.890,55
2014	750.018.000,00	1.638.527.488,59	1.635.067.428,49	1.635.067.428,49	1.634.788.960,65
2015	2.150.460.000,00	1.688.587.855,90	1.644.101.317,11	1.644.100.339,57	1.644.100.339,57
2016	1.073.978.000,00	1.017.112.489,71	1.014.211.050,34	1.014.211.050,34	1.014.211.050,34
2017	926.502.000,00	899.865.586,71	868.476.344,34	868.476.344,34	868.476.344,34
2018	724.520.000,00	789.454.511,48	789.434.511,48	775.558.151,31	775.558.151,31
2019	724.981.000,00	982.181.000,00	965.267.466,53	965.267.466,53	475.817.375,47
2020	1.011.965.000,00	868.749.879,34	79.024.074,99	47.202.996,53	47.202.996,53

**Nota:**

- 1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 não constaram no Demonstrativo I do RREO os valores das despesas pagas. Valores (saldo Pago Contabilizado) retirados do Siofinet.
- 2) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a dezembro/Bimestre novembro-dezembro.
- 3) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 1 - Balanço Orçamentário - RREO do período de referência: janeiro a outubro/Bimestre setembro-outubro.



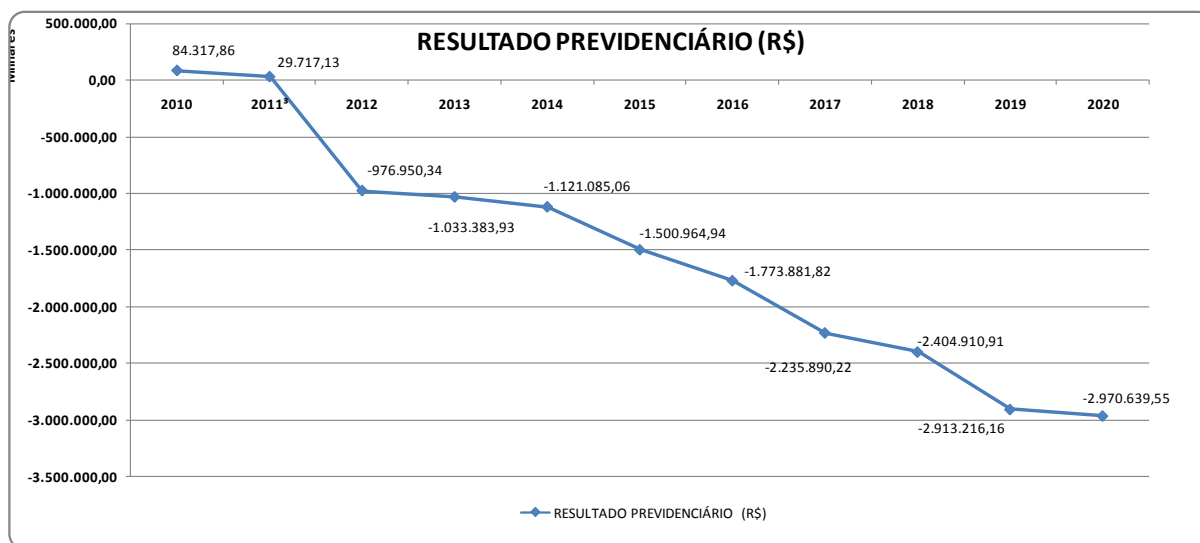
### AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA



RECEITA PREVIDENCIÁRIA (R\$)			DESPESA PREVIDENCIÁRIA (R\$)				RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (R\$)		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADA	LIQUIDADADA	
2010	375.205.000,00	375.205.000,00	1.388.992.334,82	2010	1.428.888.000,00	1.760.832.664,58		1.304.674.470,32	84.317.864,50
2011 <sup>1</sup>	1.530.194.000,00	1.532.804.049,35	1.765.825.655,72	2011	2.037.374.000,00	2.268.731.129,29		1.736.108.524,48	29.717.131,24
2012	1.222.501.000,00	1.222.501.000,00	1.149.810.247,37	2012	1.897.809.000,00	2.227.667.406,00		2.126.760.591,58	-976.950.344,21
2013	1.312.775.000,00	1.312.775.000,00	1.339.939.428,35	2013	1.928.986.000,00	2.430.699.478,00		2.373.323.361,79	-1.033.383.933,44
2014	1.381.553.000,00	1.381.613.184,18	1.583.682.143,77	2014	1.969.238.000,00	2.792.061.587,98		2.704.767.199,11	-1.121.085.055,34
2015	1.677.740.000,00	1.702.332.797,51	1.757.784.875,77	2015	2.303.865.000,00	3.377.157.101,12	3.260.789.119,13	3.258.749.814,17	-1.500.964.938,40
2016	2.068.469.000,00	2.068.469.000,00	1.771.469.106,41	2016	3.071.270.000,00	3.844.652.747,26	3.546.411.376,79	3.545.350.922,22	-1.773.881.815,81
2017	2.226.505.000,00	2.226.505.000,00	2.038.127.009,63	2017	4.271.277.000,00	4.374.195.367,44	4.277.678.095,61	4.274.017.229,96	-2.235.890.220,33
2018	2.983.882.000,00	3.486.790.593,52	2.761.723.877,30	2018	4.615.230.000,00	5.818.021.745,62	5.170.478.910,62	5.166.634.790,63	-2.404.910.913,33
2019	2.988.239.000,00	3.018.239.000,00	3.405.656.210,34	2019	4.535.553.000,00	5.853.496.686,61	6.325.552.930,94	6.318.872.367,47	-2.913.216.157,13
2020	3.400.009.000,00	3.400.009.000,00	2.304.129.681,20	2020	4.539.343.000,00	6.642.198.788,30	5.314.756.722,01	5.274.769.233,03	-2.970.639.551,83

**Notas:**

- O Resultado Previdenciário considerou a receita realizada e a despesa liquidada até o bimestre.
- Nos exercícios de 2010 a 2014 não houve demonstração das despesas empenhadas no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias.
- Em 2015 e 2016 a referência é o anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias - Fundo Financeiro
- De 2017 a 2019 o anexo 4 demonstra as informações atribuídas a receitas e despesas distribuídos em Plano Previdenciário e Plano Financeiro. Portanto, obtém-se a totalização dessas informações com o somatório das colunas correspondentes nos referidos planos.
- Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, período de referência: janeiro a dezembro / Bimestre novembro-dezembro.
- Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, período de referência: janeiro a outubro / Bimestre setembro-outubro.



VINCULAÇÕES COM SAÚDE (R\$)		% DE APLICAÇÃO
2010 <sup>1</sup>	835.201.736,34	12,18
2011	1.135.661.620,83	13,66
2012	1.177.815.699,86	12,45
2013	1.533.856.133,67	12,28
2014	1.656.922.033,70	12,10
2015	1.757.038.760,06	12,07
2016	1.858.288.559,90	12,03
2017	1.941.887.959,83	12,09
2018	2.037.363.316,67	12,11
2019	2.353.628.920,64	12,35
2020	1.879.944.411,13	12,03

**Notas:**

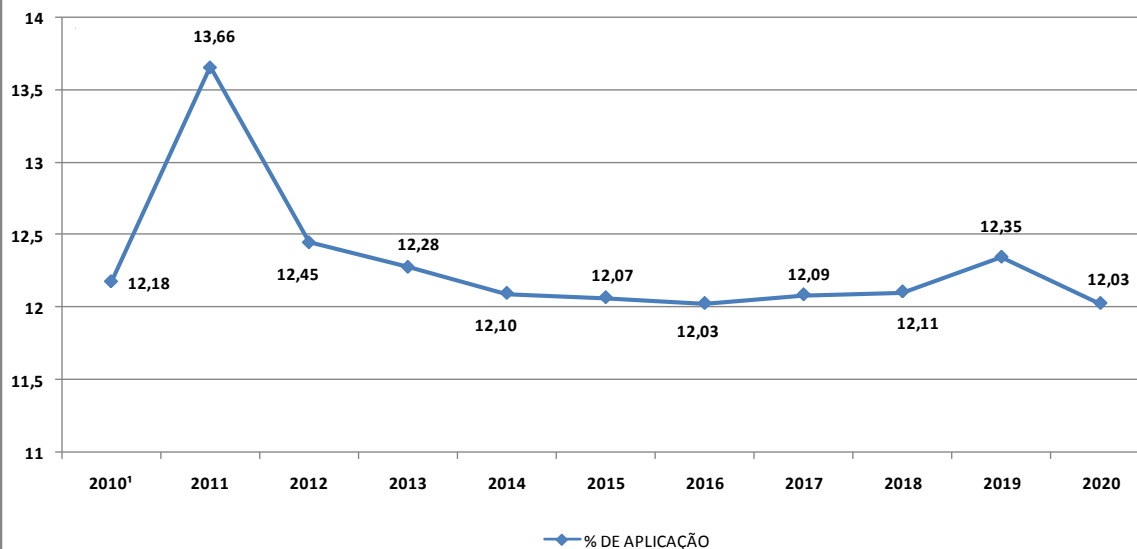
1) Nos Exercícios de 2010 a 2014 foram considerados para o total das despesas com ações e serviços públicos de saúde as despesas executadas liquidadas até o bimestre mais os restos a pagar não processados.

2) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 12 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a dezembro/ Bimestre novembro-dezembro.

3) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 12 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.



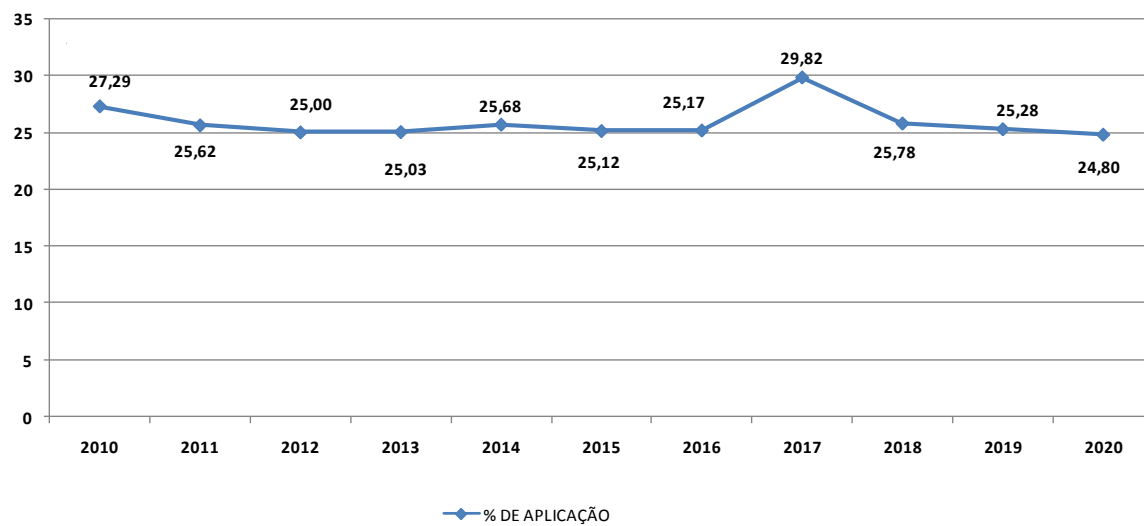
### % DE APLICAÇÃO EM SAÚDE



ANO	VINCULAÇÕES COM EDUCAÇÃO (R\$)	% DE APLICAÇÃO
2010	2.294.373.779,44	27,29
2011	2.613.355.879,65	25,62
2012	2.893.743.856,01	25,00
2013	3.126.612.295,57	25,03
2014	3.516.475.810,62	25,68
2015	3.654.750.685,77	25,12
2016	3.888.649.146,70	25,17
2017	4.790.192.576,67	29,82
2018	4.338.444.896,43	25,78
2019	4.818.905.259,51	25,28
2020	3.877.381.208,18	24,80
<b>Nota:</b>		
1) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 08 - Demonstrativo Das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, período de referência: janeiro a dezembro/ Bimestre novembro-dezembro.		
2) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 08 - Demonstrativo Das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.		



### % DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO





<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>			
<b>ANO</b>	<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO (R\$)</b>	<b>RESULTADO PRIMÁRIO- CONSIDERANDO A DESPESA EMPENHADA (R\$)</b>	<b>RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA - CONSIDERANDO A DESPESA PAGA INCLUINDO RESTOS A PAGAR PAGOS (R\$)</b>
2010	1.611.390.000,00	212.600.911,23	
2011	1.426.757.000,00	1.974.179.799,04	
2012	760.843.000,00	987.806.788,17	
2013	110.000.000,00	227.680.150,39	
2014	-657.000.000,00	-680.582.883,61	
2015	-441.029.000,00	6.649.163,04	
2016	-111.482.411,05	1.120.417.689,47	
2017	-506.680.769,63	739.608.427,46	
2018	12.898.911,07		1.030.816.915,68
2019	-6.363.902.184,09		2.323.841.729,68
2020	389.633.745,50		2.636.964.890,73

**Notas:**

- 1) Nos exercícios de 2010 a 2014 o Resultado Primário considerou a despesa executada liquidada até o bimestre (jan a dez/2011).
- 2) A partir do exercício de 2015 o cálculo do Resultado Primário passou a ser realizado considerando a despesa empenhada.
- 3) A partir de 2018 o Resultado Primário passou a ser apresentado nas metodologias acima e abaixo da linha. Além disso, a despesa primária utilizada no cálculo passou a ser a despesa paga incluindo os Restos a Pagar Pagos.
- 4) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a dezembro / Bimestre novembro-dezembro.
- 5) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.



RESULTADO PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (R\$)	
2010	-
2011	-
2012	-
2013	-
2014	-
2015	-
2016	-
2017	-
2018	1.065.195.501,77
2019	1.767.220.906,42
2020	2.636.964.890,73

**Notas:**

1) Do exercício de 2017 e anteriores existia apenas uma metodologia de cálculo para o Resultado Primário. Portanto, os valores do RP foram colocados apenas na planilha anterior.

2) A partir de 2018 o Resultado Primário passou a ser apresentado nas metodologias acima e abaixo da linha. Além disso, a despesa primária utilizada no cálculo passou a ser a despesa paga incluindo os Restos a Pagar Pagos.

3) Informações do 6º bimestre de 2010 a 2019. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a dezembro/ Bimestre novembro-dezembro.

4) Informações do 5º bimestre de 2020. Valores retirados do Anexo 6 - Demonstrativo do Resultado Primário e Nominal, período de referência: janeiro a outubro/ Bimestre setembro-outubro.

i

## 16 Assinatura dos responsáveis pelo projeto

Gerente do Projeto:	Data	Assinatura
Jean Marck Barbosa		
Cláudio Martins Correia		

**<sup>i</sup> OBS:**

O **RESULTADO PRIMÁRIO** é a diferença entre receitas e despesas primárias e não financeira em determinado período.

É a poupança requerida para o pagamento dos juros da dívida pública.

O **RESULTADO NOMINAL** representa a necessidade de financiamento do setor público. Equivale à arrecadação de impostos menos os gastos, incluindo os juros da dívida.

- “acima da linha” = corresponde à diferença entre as receitas e as despesas do setor público.
- “abaixo da linha” = corresponde à variação da dívida líquida total, interna ou externa.